



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

RAISSA PEREIRA DA SILVA

**O PROCESSO DE HIGIENISMO NA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE
NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX**

**GUARABIRA – PB
2017**

RAISSA PEREIRA DA SILVA

**O PROCESSO DE HIGIENISMO NA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE
NO FINAL DO SÉCULO XIX E INICIO DO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso Graduação em
História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em
História.

Área de concentração: História Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edna Maria
Nóbrega Araújo.

**GUARABIRA – PB
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B596p Silva, Raissa Pereira da
O processo de higienismo na cidade de Paratyba do Norte no
final do século XIX e início do século XX. [manuscrito] / Raissa
Pereira da Silva. - 2017.
31 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2017.

"Orientação: Profa. Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo,
Departamento de História".

1. Higiene. 2. Paratyba do Norte. 3. Epidemias. I. Título.

21. ed. CDD 814.4

RAISSA PEREIRA DA SILVA

**O PROCESSO DE HIGIENISMO NA CIDADE DA PARAÍBYBA DO NORTE
NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso Graduação em
História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciada em
História.
Área de concentração: História Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edna Maria
Nóbrega Araújo.

Aprovada em: 10/10/2017.

BANCA EXAMINADORA

Edna Maria Nóbrega Araújo
Prof.^a Dr.^a Edna Maria Nóbrega Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Joedna Reis de Meneses
Prof.^a Dr.^a Joedna Reis de Meneses
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Jorilene Barros da Silva Gomes
Prof.^a Ms.^a Jorilene Barros da Silva Gomes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Com muito amor e gratidão a minha família. Ao meu esposo Tiago por todo seu amor, paciência, apoio, companheirismo e amizade, dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de forma especial a minha orientadora Edna Maria Nóbrega Araújo, por sua dedicação e suas orientações com sabedoria e responsabilidade que me foram concedidas.

Aos demais professores que contribuíram para minha formação profissional.

Agradeço a todos os funcionários da Universidade Estadual da Paraíba, Campus III, que sempre estiveram presentes em minha vida acadêmica, principalmente aos funcionários da Coordenação de História que sempre estiveram dispostos a ajudar.

A minha família por todos os ensinamentos e apoio.

Ao meu esposo que me apoiou em todos os momentos, com sua compreensão incentivo e ajuda durante a conclusão deste curso, mesmo nos momentos difíceis. Obrigada por tudo!

A minha querida turma a qual sou muito agradecida pela amizade e carinho e por tantas brincadeiras realizadas, que fizeram os momentos difíceis do curso se tornarem mais fáceis. Obrigada!

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. O SURGIMENTO DA IDEOLOGIA DA HIGIENE E O PERIGO DOS CORTIÇOS.....	9
3. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE NO FINAL DO SÉCULO XIX E INICIO DO SÉCULO XX.....	14
4. O HIGIENISMO NA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE.....	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
6. REFERÊNCIAS	29

O PROCESSO DE HIGIENISMO NA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE NO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX

RAISSA PEREIRA DA SILVA*

RESUMO

O presente trabalho teve sua pesquisa realizada a partir de mensagens dos Presidentes de Província, Presidente de Estado, Colleção dos Actos do Poderes Legislativo e Executivo do Estado da Parahyba, da Revista Era Nova e o Jornal Correio Official. Buscando tratar do surgimento da ideologia do higienismo no Brasil e como este ideal chegou a cidade da Parahyba do Norte em 1895 momento em que a cidade ainda se encontrava em situações precárias no final do século XIX, sem água encanada, luz elétrica, esgoto e recolhimento do lixo, o que fazia a cidade da Parahyba do Norte, assim como muitas outras cidades do Brasil, enfrentar grandes endemias, epidemias e mortes devido as más condições de higiene até a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), ocorrida no Brasil no ano de 1919. Observando como o discurso de higiene sanitária, chegou a cidade e caracterizou significativas mudanças no cotidiano da população parahybana, principalmente depois da implementação do Decreto 494, que organizou a Repartição de Hygiene Publica do Estado, com ações de repressão e vigilância pela polícia sanitária, que tentava por ordem na população, impedindo-a de realizar seus hábitos cotidianos. Tais medidas de repressão e disciplina da população usavam o discurso médico-higienista, justificado pelo combate às doenças, mas, as elites e políticos queriam mesmo o disciplinar dos corpos, buscando uma sociedade civilizada, limpa e moderna.

Palavras – Chaves: Higiene; Parahyba do Norte; Epidemias.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca trazer para o debate a repercussão do surgimento da ideologia da higiene no Brasil, e como essa ideologia transformou os hábitos e moradias da população na cidade da Parahyba do Norte no limiar do século XX, transformando seus costumes higiênicos e cotidianos para acompanhar as mudanças que estavam ocorrendo em diferentes cidades do Brasil, visando a ordem, a civilização e a modernidade. Com base em artigos, o trabalho foi desenvolvido desde o surgimento dessa ideologia no Brasil, até a sua influência ser vivenciada na Parahyba, transformando não só a cidade, mas também o cotidiano da própria população.

A princípio, falaremos da repercussão do surgimento dessa ideologia na cidade do Rio de Janeiro, mostrando como a cidade em meados do século XIX, teve que enfrentar os discursos e as preocupações de higienistas, já que o Brasil enfrentava nessa época uma grande quantidade de pessoas livres, lotando o espaço urbano e fazendo a cidade apresentar de um lado uma nova feição, mas por outro lado, com o sempre crescente aumento populacional, também fomentava o desenvolvimento das más condições de vida da população, com a criação de cortiços e casas amontoadas em ruas pantanosas e sem saneamento, se tornando focos da chamada desordem e vetores de doenças.

A cidade do Rio de Janeiro foi a primeira a passar por transformações em nome da ordem e do progresso, mudando seus hábitos e formas de moradias, pois, a higiene entendia a priori, que a desorganização social e as habitações da maioria da população, eram as principais causas das doenças, “chegando mais tarde a um discurso inteiramente baseado na Eugenia, termo criado por Francis Galton, para designar uma ciência capaz de aprimorar as qualidades hereditárias da raça humana”. (SOARES JUNIOR, 2012 p. 3). Segundo os higienistas, devido a grande mestiçagem dos brasileiros, não era possível fazer uma grande nação com uma raça inferior, iniciando assim, “o processo do ideal de embranquecimento, eliminando de vez a herança africana da sociedade brasileira”(CHALHOUB, 1996, p. 62).

O discurso de transformar o Brasil em um país moderno e civilizado, passou a influenciar não só a cidade do Rio de Janeiro, mas o restante do Brasil, chegando a cidade da Parahyba do Norte no final do século XIX, através da elite paraibana que

passou a reivindicar uma mudança na fisionomia da cidade, afim de acabar com a precariedade e as diversas moléstias que acometiam a população. Pois, a cidade, apesar de pequena, se encontrava com sujeiras por toda parte, contribuindo para o aumento das doenças. “Durante o século XIX e início do século XX, a cidade da Parahyba do Norte não dispunha dos requisitos básicos para qualquer cidade que se pretendesse ‘civilizada’ nos moldes do que defendia a elite por ‘civilizado’ naquele momento”. (ARAÚJO, 2001, p. 10).

As cidades passavam por reformas que buscavam tornar o Brasil moderno e civilizado conforme as cidades europeias. Nesse sentido, a cidade da Parahyba do Norte precisava abolir de vez suas ruas estreitas, seus maus odores, corpos sujos e as doenças que acometiam a sociedade.

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade da Parahyba do Norte começou a mudar seus hábitos, com a criação e regulamentação de um Decreto em 1911, visando combater os problemas sanitários que causavam as moléstias e mortes na população. O que não significa que as doenças e as mortes tenham acabado, no entanto, a forma de intervenção por parte das autoridades na cidade e em relação ao cotidiano da população passou por alterações significativas.

2, O SURGIMENTO DA IDEOLOGIA DA HIGIENE E O PERIGO DOS CORTIÇOS

A transformação da área urbana se deu pelo ideal de noções de progresso, civilização e modernidade da população brasileira, que passava por uma grande crise populacional, com a abolição dos escravos, a crise da economia cafeeira, a chegada dos imigrantes estrangeiros e a grande procura da massa da população por qualquer trabalho possível nas áreas centrais da cidade. O aumento populacional atingiu sobretudo o Rio de Janeiro, uma vez que tratava-se da capital do país. (SEVCENKO, 1999).

Por outro lado, devido seu relevo acidentado e com áreas pantanosas o Rio de Janeiro possuía muitos obstáculos para as construções das residências e a insalubridade desses ambientes se tornavam grandes focos endêmicos de tuberculose, varíola, lepra, febre amarela e outras tantas doenças que afetavam a população. A mais afetada diante de todo esse cenário, era sem dúvidas população pobre, pois, tinha que lidar com a

fome, o desemprego devido a grande oferta de mão-de-obra, a carestia, com a falta de condições sanitárias e os baixos salários, como afirma SEVECENKO (1999).

Nas cidades como o Rio de Janeiro, com os altos preços de moradias e transporte, a população pobre tentava ficar mais perto do centro para facilitar o acesso ao trabalho e evitar gastos com transportes, daí se amontoava geralmente em antigos palacetes em precárias condições. João do Rio descreve uma visita em plena noite aos andares de tais moradias:

E começávamos a ver o rés do chão, salas com camas enfileiradas como nos quartéis, tarimbas com lençóis encardidos, em que dormiam de beijo aberto, babando, marinheiros, soldados, trabalhadores de face barbada. Uns cobriam-se até o pescoço. Outros espaçavam-se completamente nus...

O segundo andar: Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava e, parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das esteiras. Os quartos estreitos asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde corriam percevejos. A respiração tornava-se difícil. Quando as camas rangiam muito e custavam a abrir, o agente mais forte empurrava a porta, e, à luz da vela encontrávamos quatro e cinco criaturas, emborcadas, suando, de língua de fora; homens furiosos, cobrindo com o lençol a nudez, mulheres tapando o rosto, marinheiros... um mundo vário e sombrio, gargolejando desculpas, com a garganta seca. Alguns desses quartos, as dormidas de luxo, tinham entrada pela sala das esteiras, em que se dorme por 800 réis, e essas quatro paredes impressionavam como um pesadelo. / Completamente nua, a sala podia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta nas velhas esteiras, atiradas ao assoalho...(SEVCENKO, 1999, p. 56/57).

Essas pessoas não possuíam outra escolha para dormir. Tinham que buscar os lugares mais baratos, mesmo que significasse lugares precários. Na época era proibido dormir nas ruas, sob ameaça de prisão. Daí submetia-se as condições descritas por João do Rio. Como não desenvolver doenças diante de tal situação?

Era de fato uma imagem de cidade tomada integralmente pela miséria e grandes focos de doenças. Imagem que naquele momento desejava ser abolida. Com isso, a saúde pública passou a ganhar uma atenção especial por parte de autoridades e políticos.

O surgimento da ideologia da higiene iniciou-se com a percepção da ordem pública e dos perigos que as classes pobres poderiam causar não só na cidade do Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil, tanto na organização do trabalho, como também, no perigo de contágio das doenças, tendo em vista que a maioria vivia amontoados em cortiços, casas insalubres ou em casas de palha, como na cidade da Parahyba do Norte.

Para a elite brasileira e os governantes, “a sujeira fazia parte do cotidiano dos pobres, totalmente contrário do projeto progressista e modernizador, tão desejado por

eles, e por isso mesmo era necessário objeto de normatização, disciplinarização e, portanto, de higienização” (OLIVEIRA; et al, 2012, p. 5).

De acordo com Sidney Chalhoub (1996), os ambientes e hábitos da população pobre eram tidos como um grande foco de epidemias. Foram muitas as epidemias que assolaram a população brasileira a exemplo da Febre Amarela ocorrida década de 1850, e outra de cólera em 1855. Tais epidemias aumentaram de forma significativa as taxas de mortalidade, fazendo com que o governo imperial criasse a Junta Central de Higiene, focando nas questões de salubridade pública, principalmente nas habitações coletivas.

A Junta Central de Higiene seria o órgão responsável de zelar pela saúde pública, ficando encarregado de discutir e fiscalizar medidas destinadas à saúde, controlando a vida e os costumes da população, realizando visitas frequentemente nas casas para certificar de que não havia irregularidades das normas de saúde pública.

Controlar a vida e os costumes da população para atingir o grau civilizado desejado era muito difícil, pois, os brasileiros eram “desprovidos de sanitários com descargas, duchas elétricas e pias servidas por água encanada, e recorriam a técnicas para a purificação corporal hoje tornados obsoletos” (SANT’ANNA, 2011, p.285).

Tentando desenvolver o progresso e o desejo de modernização nas cidades e nos costumes da população, segundo Chalhoub (1996), em 1853, os vereadores da comissão de posturas julgaram um projeto de “urgente utilidade pública”, que defendia medidas para facilitar a vigilância da polícia, obrigando o estalajadeiro a possuir um livro com a identificação de cada hóspede. Os subdelegados também deveriam zelar pela saúde pública, fiscalizando frequentemente as habitações coletivas, evitando assim que vadios e pessoas suspeitas ficassem nesses locais. Manter as condições de higiene dessas habitações era função dos estalajadeiros, obrigados a manter o asseio das casas sempre impecável e despejar os lixos, águas sujas e matérias fecais nos locais permitidos, tentando abolir de vez com o depósito de lixo e fezes em covas feitas nos quintas das casas. Essas medidas contribuíam para uma melhor condição higiênica da população e fiscalizavam-se possíveis irregularidades.

No entanto, os morros eram reservados para os pobres, que não possuíam outra alternativa, construíam casas de caixas de querosene e folhas de flandres, ou de sapé e barro cru ao longo da linha férrea. Onde habitavam até 20 pessoas na mesma casa, não tinha água ou esgoto. Apesar das fiscalizações em relação ao uso desses espaços não havia uma política para melhorar tais moradias. E quanto mais avançavam as reformas

modernizadoras do Rio, mais aumentava a população morando em tais condições. (SEVCENKO, 1999).

Desse modo, é possível perceber que as autoridades não estavam apenas preocupados com a saúde da população, mas sobretudo em tirá-los do centro da cidade, fiscalizando e punindo quem fosse de encontro com o processo civilizatório desejado pelas autoridades. Segundo OLIVEIRA (2012), o desejo de higienizar o pobre é, sobretudo, orientado no sentido de discipliná-lo a partir de uma mesma operação de higienização e normatização física e moral. Formando na sociedade um novo trabalhador, um trabalhador saudável fisicamente e moralmente, regenerado a medida que exigia a modernidade capitalista.

Diante de tais objetivos “surgiu o discurso do então vereador e Presidente da Junta Central de Higiene, o Dr. José Pereira Rego, que abolia de vez a reconstrução e construção de novos cortiços em determinadas áreas” (CHALHOUB, 1996, p. 33).

Segundo Chalhoub (1996), a Câmara não aprovou de imediato as ideias do higienista, mas as discussões em torno dessas habitações modificavam-se cada vez mais e caminhavam para o extermínio dos cortiços e expulsão das classes pobres das áreas centrais das cidades. Pereira Rego justificou a preocupação com o aumento dos cortiços em seu discurso dizendo que:

O aperfeiçoamento e progresso da higiene pública em qualquer país, simboliza o aperfeiçoamento moral e material do povo, que o habita; é o espelho, onde se refletem as conquistas, que tem ele alcançado no caminho da civilização. Tão verdadeiro é o princípio, que enunciamos, que em todos os países mais cultos os homens, que estão à frente da administração pública, procuram, na órbita de suas atribuições, melhorar o estado da higiene pública debaixo de todas as relações, como um elemento de grandeza e prosperidade desses países...(CHALHOUB, 1996, p. 34).

Esse discurso colocava a higiene pública como símbolo do progresso, só modificando e destruindo as casas das populações pobres é que a cidade estaria no caminho da civilização.

Essas ideias tornaram-se comuns entre os políticos e governantes das últimas décadas do século XIX. “Tal ordem de ideias iria saturar o ambiente intelectual do país nas décadas seguintes, e emprestar suporte ideológico para a ação ‘saneadora’ dos engenheiros e médicos que passariam a se encastelar e acumular poder na administração” (CHALHOUB, 1996, p. 35).

As batalhas da administração pública se tratando de cortiços, colocavam sempre as autoridades policiais e higienistas do mesmo lado, pois tinham o mesmo interesse em

acabar com a chamada imundice dos cortiços e os lixos que lá se encontravam, já do outro lado ficavam sempre os proprietários, que não podiam ter casas melhores e maiores, lutando contra os discursos das autoridades sanitárias. Segundo Chalhoub (1996), as medidas para acabar de vez com os cortiços foram ganhando força e em janeiro de 1890 ficou estipulado no artigo 83 do regulamento sanitário que:

Quando, a juízo do Inspetor Geral de Higiene, os cortiços ou estalagens não puderem, por suas más condições sanitárias, continuar a servir sem perigo para a saúde pública, a autoridade sanitária, além da imposição das multas que no caso couberem, intimará logo os proprietários ou sublocadores para que os fechem dentro de 48 horas, só podendo ser reabertos depois de feitos os melhoramentos necessários. (CHALHOUB, 1996, p. 46).

Esse regulamento dava o direito de fechar as portas dos cortiços sem nenhuma comunicação prévia ao proprietário e aos inquilinos, o que gerava muita revolta, pois esses cidadãos que se sentiam lesados não tinham como apelar e caso se negassem a deixar o local, o inspetor Geral da Higiene tinha a ordem de recorrer imediatamente à força policial. As ordens de despejo foram cada vez mais sendo desrespeitadas pelos proprietários e inquilinos, aumentando ainda mais o desentendimento entre os diferentes órgãos da administração pública. Para tentar acabar de vez com os problemas e desentendimentos, um higienista baiano, assumiu a presidência da Intendência Municipal e, posteriormente, foi nomeado para a prefeitura da Capital Federal. Cândido Barata Ribeiro era médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e assim como em sua tese intitulada “Quais as medidas sanitárias que devem ser aconselhadas para impedir o desenvolvimento e propagação da febre amarela na cidade do Rio de Janeiro”, Barata Ribeiro colocou em prática as demolições dos cortiços, começando pelo Cabeça de Porco, maior cortiço da cidade e sua substituição por casas dentro das normas de higiene. (CHALHOUB, 1996, p. 50).

Tais medidas fizeram grande parte da população ser considerada “vadios” pela polícia, já que a lei considerava vagabundo todo o indivíduo que não tivesse domicílio certo, os tirando de circulação se fossem pegos no centro da cidade. Pois, diziam-se que essas pessoas enfeavam a cidade e eram tudo o que a elite considerava não moderno e não civilizado.

De acordo com os discursos da época era preciso insistir na civilização e nos serviços de saúde pública para conseguir a ordem e o progresso tão desejado. “Combater a insalubridade da cidade através da ordenação do espaço urbano e do disciplinamento de seus usos. A saúde, desse modo, encontrava-se sintonizada com os

ideais disciplinatórios para as cidades” (ARAÚJO, 2011, 38). A doença representava quase sempre um elemento de desorganização e nesse sentido, a saúde, representava a ordem, seguindo essa lógica, as casas insalubres e conseqüentemente focos de doenças precisavam ser extintas, para que as autoridades controlassem a população e implantassem o processo civilizatório e modernizador com medidas de controle e disciplina, tornando a cidade um ambiente seguro. (ARAÚJO, 2011).

3.ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE NO FINAL DO SÉCULO XIX E INICIO DO SÉCULO XX

A cidade da Parahyba do Norte durante o final do século XIX, assim como muitas outras cidades, ainda apresentava aparência colonial, e em consequência de suas ruas, a cidade da Parahyba do Norte contava com denominações de cidade alta, que abrigava prédios administrativos e religiosos e a cidade baixa, as margens do Rio Sanhaúa, onde segundo Nirvana Sá (2009), se encontravam áreas residenciais e estabelecimentos comerciais, sendo alguns sobrados, para manter o comércio no térreo e residir no pavimento superior.

Segundo a historiografia paraibana, a cidade possuía no final do século XIX um pequeno número populacional e um lento crescimento urbano, com ruas e casas construídas de maneira aleatória e sem planejamento, caminhando contrário a uma urbanização moderna. Uma “cidade pequena, antiquada, carente de diversos equipamentos urbanos e que chama a atenção apenas por aspectos exóticos da sua paisagem natural e peculiaridades de suas poucas edificações”. (AGUIAR, 1985, p. 75). Embora quase nenhuma rua contasse com infraestrutura, segundo Soares Júnior (2011), algumas delas se destacavam com seu traje comercial, sentimental ou sexual.

Segundo Nirvana Sá (2009), a referida cidade ainda tinha pouca expressividade urbana e limitava-se apenas a algumas ruas de tamanho relativamente pequeno. “Ainda eram comuns as habitações em casas de palha distribuídas ao sabor das conveniências, pelas ladeiras e ruas, dando aos que olhavam de perto, uma visão pitoresca a cidade” (RODRIGUEZ, 1994, p. 27).

Tudo faltava ainda na cidade, se assim podemos chamar aquele conjunto de poucas e tortuosas ruas e caminhos, abertos na mataria quase virgem, onde as

casas eram raras. Dessa forma, sem o movimento das cidades adiantadas da época, sem o conhecimento da vida noturna de outras terras, cada um em sua casa, depois dos afazeres diurnos recolhia-se cedo ao leito. (RODRIGUEZ, 1994, p. 93).

A cidade da Parahyba do Norte vivia no escuro, não possuía iluminação pública, apenas iluminação em alguns pontos da cidade com lâmpada de óleo de mamona ou azeite, com horários estabelecidos para o seu funcionamento. O abastecimento de águas também era algo remoto, e segundo Rodriguez (1994), provinha de fontes, bicas e cacimbas para servir os moradores.

Na cidade da Parahyba do Norte assim como muitas outras cidades brasileiras, não havia preocupação com a limpeza das ruas, nem por parte dos governantes nem da população. Aguiar (1985) relata que as sujeiras das ruas eram uma situação verdadeira de calamidade pública, com ruas mal alinhadas, mal saneadas e sujas, crescendo de maneira desordenada em meio a tanto descaso dos poderes públicos e até mesmo dos habitantes.

Com tanto lixo nas ruas e as péssimas condições sanitárias, as epidemias assolavam cada vez mais a população e se agravaram ainda mais no final do século XIX. Uma seca fazia chegar os retirantes, o número de mendigos crescia devido à fome, a população já estava solapada pelas constantes epidemias que assolavam a cidade, “a insalubridade se alastrava do corpo para as casas, e destas, para a rua”. (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 46). Eram centenas de miseráveis e famintos fugindo de suas casas e se amontoando pelas ruas e becos, nos hospitais e conventos. Até mesmo as “condenáveis” casas de palha foram construídas para amparar esses “miseráveis”. (ARAÚJO, 2001, 32). Provocando um aumento populacional e agravando ainda mais as já precárias condições de vida e saúde dos paraibanos.

Graves apprehensões nos causou o apparecimento de moléstias, que se apresentarão com o caracter epidêmico. Como vereis do relatório do Sr. Provedor da saúde publica (n. 2) alem das febres intermittentes, e remittentes, que são endêmicos, reinarão também a variola, a febre amarella, e a cholera-morbus. (Mensagem de governo. Henrique de Beurepaire Rohan, 1858, p. 2)¹

O terror tomava conta da cidade da Parahyba do Norte, tanto pelas doenças e mortes que estavam se alastrando pela cidade, como também o temor por parte das elites e dos governantes de que com a falta de ordem em um momento de grandes

¹Disponível em: <http://www.wapps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em: 27.Fev. 2017.

epidemias se tornasse impossível conquistar os padrões de ordem e civilização que circulavam na Europa e em muitas cidades brasileiras daquele período.

Baseando-se nas transformações da cidade do Rio de Janeiro com o desenvolvimento de ideias da civilização europeia, a elite paraibana, começou a protestar, reivindicando a necessidade de transformar os cenários da cidade, pois, para ela, acompanhar a modernidade era necessário para poder fazer parte de um novo mundo, um mundo civilizado, modificando práticas higiênicas, demolindo casas de palha e casarões antigos, dando lugar a modernidade, com ruas largas e iluminadas. Para iniciar o processo civilizatório da Parahyba, “o então presidente Henrique de Beurepaire Rohan, iniciou um processo de nivelamento, buscando organizar o sistema de esgoto sanitário e as demolições de prédios antigos. Sem dúvida, a Parahyba estava colocando em prática medidas que estabeleceriam o controle e a expansão urbana. Iniciando a primeira tentativa por parte dos governantes de controlar o espaço urbano na cidade da Parahyba.” (ARAÚJO, 2001, p. 17).

As queixas com relação ao abastecimento d'água eram frequentes na imprensa do período, uma vez que, no final do século XIX, a cidade da Parahyba do Norte vivenciou o início dos protestos, por parte da elite local, com vistas à construção de novos cenários para a cidade. O modelo de desenvolvimento, com base na ideia de civilização europeia, pressupunha não apenas a busca de iluminação e abastecimento de água como também se defendia a necessidade de se calçar as ruas e de se fazer um tratamento para o lixo. (ARAÚJO, 2001, p. 13).

Esse processo de modernização só poderia existir quando o velho desse lugar ao novo. Abandonar o antigo foi a única forma encontrada para se instalar o novo, e para isso era preciso destruir casarões coloniais e alargar as ruas para dispersar os odores de lixos maléficos que provocavam as mais diversas doenças. “O lixo das ruas era uma das principais reivindicações da elite paraibana, que exigia o seu recolhimento, evitando também que animais como porcos circulassem na cidade para se alimentar do resto das comidas.” (AGRA, 2007, p. 5).

A situação da cidade era de uma verdadeira calamidade pública, com sujeiras por todo lado, o que contribuía para o aumento constante de epidemias, colocando em risco toda população, que assim, como no Rio de Janeiro, também se amontoava em casas pequenas e insalubres. Tal situação clamava cada vez mais por criações de medidas sanitárias para solucionar esses problemas que eram desfavoráveis a ideia de civilização e modernidade (SÁ, NIRVANA, 2009).

Diante do aumento de epidemias e óbitos na cidade (como mostra a tabela abaixo), o governo da Parahyba se comprometeu a empregar medidas sanitárias essenciais para controlar essa situação.

QUADRO 01: Número de óbitos em 1907

Agosto	60
Setembro	47
Outubro	33
Novembro	50
Dezembro	48
Janeiro	118
Fevereiro	104
Março	182
Abril	138
Maió	127
Junho	107
Julho	7

Fonte: Mensagem de governo, MONSENHOR WALFREDO LEAL, 1907, p. 15. Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>
Acesso em: 27. Fev. 2017

Devido ao grande número de ocorrências de óbitos, por consequência das moléstias oriundas das más condições de higiene, o governo teve que tomar medidas para uma solução urgente no melhoramento do estado sanitário da cidade; conhecendo o progresso que estava acontecendo em outros locais, e com a insatisfação das elites, o governo buscou seguir esses exemplos já existentes em outros estados para controlar a situação de calamidade que assolava a Parahyba do Norte, iniciando o momento de reformas urbanas.

O abastecimento d'água, luz, exgotto e a hygiene publica, são questões que desafiam a atenção do Governo, reclamando uma solução urgente. E' um dever social o melhoramento do estado sanitário das populações e que deve ser cumprido ainda mesmo através de grandes sacrificios(Mensagem de governo, Dr. JOÃO LOPES MACHADO, 1909, p. 16)².

²Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em: 05. Mar. 2017.

O governo se voltou para a prestação de serviços, que hoje são considerados básicos, e melhorando os serviços de iluminação e abastecimento de água, instalaria na cidade novos cenários, transformando seus ares.

As mudanças operadas na sociedade em sua maioria partiram das discussões a respeito das doenças, pois a doença é quase sempre um elemento de desorganização social, deixando explícitos costumes tidos como não modernos. As teorias médicas sobre o contágio e transmissões de doenças levaram à necessidade de práticas higiênicas para evitar a difusão de epidemias. “Partindo desse entendimento, a higiene passou a ser considerada como algo indispensável para evitar contágios, fazendo as cidades se tornarem o alvo do ideal higienista.” (SÁ, NIRVANA, 2009, p. 39). A partir de então, o controle e a disciplina passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas. Os médicos utilizavam revistas e jornais de maior circulação no período para instruir os habitantes, os alertando de como seus hábitos faziam proliferar no ar os males causadores de doenças e como deveriam ser seus novos hábitos de higiene para controlar a disseminação de epidemias, mostrando também que as classes pobres eram as principais causadoras de tantas doenças, por viverem em cortiços e casas precárias (SÁ, NIRVANA, 2009).

O governo se articulou com o discurso médico-higienista, para adentrar os costumes das massas populacionais e assim indicar um novo modelo de civilidade à população brasileira. (OLIVEIRA; et al, 2012, p. 4).

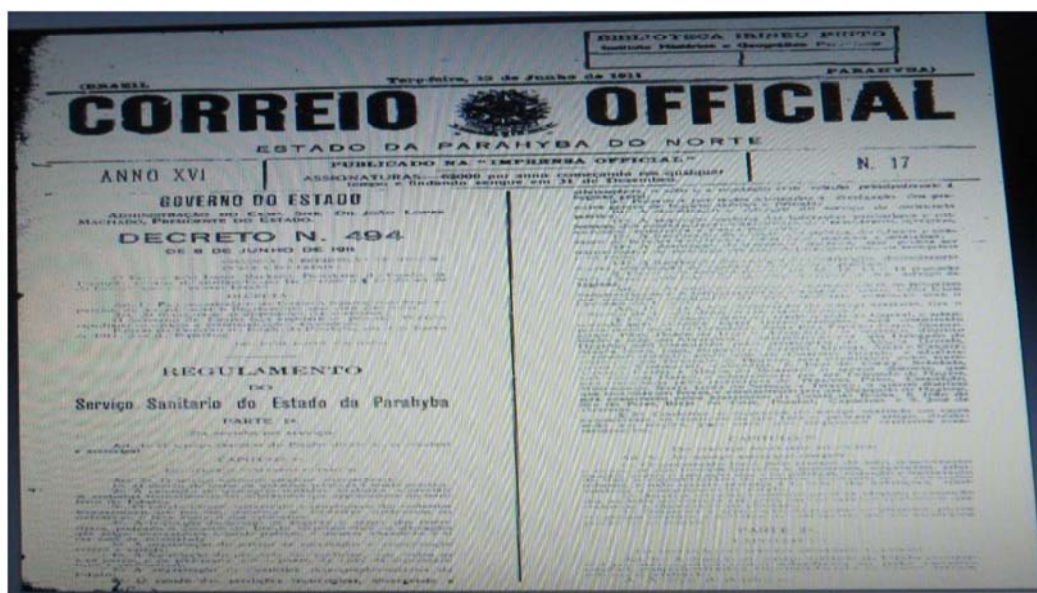
Dessa forma, mudança talvez fosse a palavra desejada por todos aqueles que se dedicavam à construção de um saneamento básico, à retirada do lixo das ruas, à higiene corporal, à arte de se perfumar e aos cuidados com o corpo. Nos jornais que circulavam pelas ruas da cidade da Parahyba, uma revolução nos costumes passou a ser pregada pela educação sanitária. E atingir certo grau de civilização estava dentre os objetivos da elite intelectual e política em relação à população que vagava pela cidade exalando odores nada agradáveis, causando repúdio, indignação, vergonha. (SOARES JÚNIOR; MENESES, 2015, p. 66).

Diante de tal situação de precariedade, sujeira e doenças em que viviam a população da cidade da Parahyba do Norte no final do século XIX, as autoridades e políticos começaram a providenciar e regulamentar medidas que marcariam a cidade da Parahyba em um novo tempo.

4. O HIGIENISMO NA CIDADE DA PARAHYBA DO NORTE

O início do século XX, mais especificamente o ano de 1911, pode ser considerado um marco do higienismo na cidade da Parahyba do Norte, pois, apesar da do Serviço de Hygiene Pública ter sido regulamentado pelo Presidente do Estado Dr. Alvaro Lopes Machado em 1895, efetivamente, os serviços de higiene não atuavam de forma regular, sendo regularizado em 1911 através do Decreto n. 494, de 8 de junho que organizou a Repartição de Hygiene Publica do Estado.

IMAGEM 01: Decreto 494 que organiza a Repartição de Hygiene Publica do Estado



(Fonte: Collecção dos Actos dos Poderes Legislativo e Executivo do Estado da Parahyba em 1911. Imprensa Official).

Foi com a criação da Repartição de Hygiene Publica do Estado que se institucionalizou, o serviço de higiene no estado da Parahyba. Foi sem dúvida a mais importante lei “discorrendo sobre a organização do Serviço de Higiene Pública da Parahyba” (SÁ, LENILDE, 1999). Ou seja, foi este Decreto que organizou as diretrizes para uma melhor eficácia no combate das moléstias que tantas mortes haviam causado.

Era incontestável a urgência de ser adotada a nossa Capital com uma organização sanitária que viesse introduzir novos estímulos e dar sério combate às antiquadas e prejudiciais idéas existentes entre nós em matéria de higiene. Neste sentido baixei o decreto n. 494, de 8 de junho do corrente anno, que organiza a Repartição de Hygiene, de accordo com o regulamento expedido na mesma data. Attendendo ás condições do nosso meio, procurei,

o quanto possível, tornar esse regulamento compatível com as condições do campo onde vacille ter execução (Mensagem de governo, DR. JOÃO LOPES MACHADO, 1911, p. 26,27)³.

Colocando em prática tais medidas de higiene, o início do século XX, marcou verdadeiramente o começo da transformação da Paraíba do Norte. De acordo com as autoridades da época o cenário do estado estava finalmente se tornando civilizado e moderno. Com grandes perspectivas de progressos ainda maiores para o futuro, alterando de modo geral o cotidiano da população com uma nova ordem de desenvolvimento buscando a beleza, o saneamento, a higiene e, sobretudo a disciplina da população.

Na Paraíba do começo do século XX, a medicina começa a dialogar mais intimamente com o saber científico. Trata-se de uma época em que a ciência é chamada a conduzir os destinos da sociedade. Científica, a medicina vai se tornando cada vez mais poderosa, gradualmente menos contestável. No caso paraibano, outro fator dialoga com esta “cientificização”, para fortalecer as relações de poder da medicina: no começo do século XX, discursos como o dos médicos, dos políticos, dos letrados, publicados na imprensa local, construíram a imagem de uma Paraíba doente e imunda, que necessitava ser medicalizada (OLIVEIRA; SANTOS. 2015, p.333).

A cidade da Paraíba do Norte caminhava para a civilização, o que significava que a cidade estava limpa, higienizada e organizada, já que a força policial tratava de repreender quem fosse contrário a ideia de modernidade e suas normas.

A cidade da Paraíba passava por várias transformações, dando mostras de que a sua população (não podemos dizer toda) descia um passaporte para viver hábitos, costumes de uma cidade moderna. Foi nessa década que algumas benesses do mundo moderno a alcançaram: luz e bonde elétricos, água encanada, cinema, instalação bancária, sugestivas de que a cidade estava saindo do seu estado provinciano. (SÁ, LENILDE, 1999, p. 205).

O início do século XX foi um período de grandes transformações na Paraíba, pois começaram de fato as implantações de equipamentos urbanos, construções de cemitérios, de hospitais e de moradias individuais e a forma correta de administrá-las. “Na primeira década, começou a abastecimento de água na cidade, representando um importante passo para a cidade se tornar um espaço higiênico e salubre” (SÁ, NIRVANA, 2009, p. 18).

Segundo Soares Júnior (2011), combater a falta de higiene tornou-se uma prática mais acentuada aos diversos grupos sociais da Paraíba, com métodos de vigilância para

³Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em: 18. Mar. 2017.

assegurar uma boa circulação do ar e da água, começando a ditar assim, os primeiros princípios de higienização corporal.

Os discursos sobre salubridade estavam diretamente ligados a saúde. Para Foucault (2008), salubridade é a base material e social, capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. Consequentemente, a insalubridade era o contrário desse pensamento e por esse motivo as classes pobres representavam um grande perigo para a sociedade, pois, “o pobre era visto pela elite e governantes como sinônimo de sujeira, degradação moral, insubordinação, rebelião e atraso” (OLIVEIRA; et al, 2012, p. 5). Diante desse pensamento sobre as classes pobres, a medicina direcionou-se a elas para a realização do projeto de higienização na cidade da Parahyba, enquadrando essa população em leis e novas medidas higiênicas, para só então, a cidade tomar ares de urbe moderna (SÁ, NIRVANA, 2009).

Desta forma, o que podemos perceber é que com a implementação e regulamentação de novos métodos higiênicos, o que se pretendia, ia além de uma simples mudança de costumes sanitários, o desejo era transformar a cidade controlando e disciplinando a população, usando para isso a força policial, como corrobora Lenilde de Sá (1999).

O Serviço de Higiene contava com duas delegacias de higiene, denominadas de primeira e segunda delegacia. Com um caráter [...] militar, apenas dois delegados e um desinfetador, para uma população de mais de vinte e cinco mil almas, se ocupavam das visitas de polícia sanitária. Escudados pelo saber e poder que detinham, e respaldados pelo Decreto n. 494, diariamente percorriam as ruas da cidade e invadiam os domicílios a fim de fiscalizá-los, com um olho posto no Regulamento, que rigorosamente teria de ser cumprido, e o outro olho posto nos cantos das moradias daqueles que contrariassem a necessidade do rigor... Procuravam lixo entulhados nos quintais; voltavam a vista em busca da presença de aparelhos sanitários; verificavam o estado dos canos de esgoto... Ao residente infrator e anticivilizado, sob pena de multa, intimavam-no à construção de aparelhos sanitários, dando-lhe geralmente um prazo de trinta dias (SÁ, LENILDE, 1999, p. 218, 219).

Não houve por parte da população uma real aceitação das medidas estabelecidas pois, “a forma repressora como a polícia sanitária atuava parece ter ganho a antipatia do povo” (SÁ, LENILDE, 1999, p. 240). Existia por parte da população, uma grande sensação de invasão de privacidade, que segundo SÁ, “seria suficiente para presumir-nos que as famílias se sentissem incomodadas com elementos a elas estranhos, a descobrir suas latrinas, formolizá-las e impor-lhes a penalidade da vergonha pública...” (SÁ, LENILDE, 1999, p. 240).

Seguindo este mesmo pensamento, os autores abaixo, reafirmam que a implementação do higienismo só seria possível usando de métodos autoritários, fiscalizadores e repressores, sempre embasado na doutrina de que sem ordem não há progresso.

Em certo sentido, este projeto de nação fundamentado sobre as bases progressistas e modernizantes, se não poderia alcançar a completa extinção da pobreza, do mesmo modo não poderia dispensar, ao menos, a sujeira, higienização, mas também a sua docilização e disciplinarização: uma nação fundada sobre a égide do progresso, sempre submetido à manutenção da ordem, necessitaria de indivíduos higienizados limpos, mas também respeitadores da moral e mantenedores das normas socialmente estabelecidas, ao mesmo tempo em que disciplinados e, por isso, conforme a representação dos discursos oficiais, prontos para, apenas desse modo, contribuir com este projeto de modernização nacional. Ainda podemos relacionar todo este discurso do Estado com vistas a disciplinar, despolitizar e docilizar os corpos e mentes dos sujeitos, com a reorganização econômica e social, transformando a população menos abastada, trabalhadores em potencial, em uma nova categoria de mão-de-obra, caracterizada pela submissão, por serem trabalhador dócil, regrado, disciplinado para melhor aproveitar produtivamente o seu tempo, sendo este trabalhador encarando, notadamente, na figura do operário submisso e produtivo (OLIVEIRA; et al, 2012, p. 6,7).

O desejo da modernidade se tornava cada vez mais intenso perante a alta sociedade paraibana e o ideal de mudança disseminada cada vez mais forte através de jornais e revistas da época, que passaram a publicar matérias relacionadas a higiene e saúde pública. Sendo obrigatório mais tarde até mesmo um exame pré-nupcial para evitar que pessoas com doenças transmissíveis se casassem e conseqüentemente tivessem filhos, evitando assim, que a sociedade continuasse transmitindo doenças como herança.

Mais tarde, quando se cuidar no Brasil do aperfeiçoamento da nossa raça, uma das questões primeiro a ser resolvidas deve ser, sem duvida alguma, a da regulamentação do casamento. Grande é o número de doenças transmissíveis por herança, e para que se não propaguem de geração em geração, com grande prejuízo da espécie, é preciso que se creem leis [...], tirando aos doentes a liberdade de se casarem (REVISTA ERA NOVA, 1921, p. 14)⁴.

A elite e os governantes não queriam apenas acabar com as epidemias que assolavam a capital, mas livrá-la de tudo que fosse contrário a ideia de civilização. Queriam uma raça aperfeiçoada, tanto física como moralmente. Uma espécie sem vícios, controlada e disciplinada. “Era uma consequência da atuação eugênica que

⁴Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>>. Acesso em: 20. Fev. 2017.

começava a ganhar espaço na cidade da Parahyba, no Brasil e em boa parte do mundo”. (SOARES JÚNIOR, 2012, p. 1).

O Decreto 494, que organizou a Repartição de Hygiene Publica do Estado, em seu art. 37, estabelecia inclusive uma divisão de tarefas do interior com a capital, municipalizando os serviços de higiene do interior, ficando a capital sobre a responsabilidade do estado.

Dentre as atribuições e serviços que deveriam ser prestados pela Inspectoria de Hygiene, estava o estudo de questões de saúde pública, o saneamento das habitações, a adoção de medidas para combater as moléstias que assolavam homens e mulheres, a distribuição de socorros públicos à população local, a conscientização e aplicação da vacina contra a varíola, a realização de visitas de inspeção nas escolas, oficinas, fábricas, hospitais, manicômios, prisões, quartéis, asilos, estabelecimentos de caridade, lojas, farmácias, dentre outras (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 46).

Assim, com essa regulamentação ficou estabelecido as funções de cada membro e de cada órgão governamental, cada um dentro de suas respectivas atribuições, federais, estaduais e municipais. Ficando regulamentado no “art. 5º do Decreto 494, a Organização do Serviço de Vacinação e Revaccinação contra a varíola” (Collecção dos Actos dos Poderes Legislativo e Executivo do Estado da Parahyba em 1911. Imprensa Official, 1911, p. 48). “Sendo criado logo em seguida o Departamento de Profilaxia Rural” (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 46). O Departamento de Profilaxia Rural tinha o objetivo de desenvolver projetos de ação principalmente contra epidemias rurais que assolavam a população.

Apesar dos contínuos investimentos em higiene pública e da notória melhoria dos serviços, mesmo assim, não foram suficientes para atingir o nível desejado, considerando que as endemias e epidemias continuavam fazendo vitimas no Estado. O Jornal *Correio Official* (1911) relata os investimentos realizados no serviço de hygiene pública como “gastos com empregados, 26.640\$000, expediente e asseio, 400\$000 e serviço de desinfecção e material, 5.000\$000” (CORREIO OFICCIAL, 09, NOV, 1911, p. 3).

Apesar dos investimentos, no serviço de higiene pública principalmente entre os anos de 1911 com a criação e regulamentação do Decreto 494 que organizava a Repartição de Hygiene Publica do Estado e 1916 com a implementação de serviços e recursos para a higiene sanitária e consequentemente a modernização da cidade da

Parahyba do Norte, nos anos seguintes esses departamentos já não caminhavam como antes e o Serviço de Higiene dava seus últimos suspiros e caminhavam para um novo modelo, como afirma Soares Júnior (2011).

O Serviço de Higiene Pública do Estado da Paraíba teve uma atuação mais marcante no período entre 1912 e 1916, com a introdução de novos serviços, a aquisição de recursos e uma polícia sanitária. Para melhor demonstrar essa atuação, passei a observar, através das metáforas publicadas nos jornais da época, a atuação da Repartição durante a epidemia de peste bubônica e, logo depois, durante os casos de gripe espanhola que assolaram a população da cidade da Parahyba em 1918. Nesse período, os ventos já sopravam para outros destinos. A oligarquia epítacista já comandava a Paraíba e o Serviço de Higiene dava seus últimos suspiros, pois um novo modelo médico-sanitário ganhava corpo através da reforma sanitária (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 51).

Em 1919, durante o governo de Epitácio Pessoa, o Brasil inaugurou uma nova política para a saúde através da qual o Estado empregava uma medicina urbana:

Iniciamos o nosso argumento atentando para o fato de que, em certo sentido, a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), ocorrida no Brasil no ano de 1919 durante a gestão do paraibano Epitácio Pessoa, inaugura o que poderíamos definir como sendo uma “ruptura”, pelo menos quanto ao trato da “saúde pública” pela política nacional. Ora, sem desconsiderar as continuidades históricas, a instituição deste órgão governamental demonstra um novo interesse do Estado em uma prática política definida por uma ação sistematizada para a saúde, efetivada a partir do emprego de uma medicina social urbana, sendo a questão da higiene pública compreendida como uma de suas mais caras preocupações. A atuação deste instituto estava baseada em regulamentar os serviços de saúde pública, além de centralizar a sua gestão no âmbito da regulamentação estatal.

Epitácio Pessoa também criou o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), estabeleceu a “Reforma Carlos Chagas” e os Decretos 3.987, de 02 de janeiro de 1920, e 14.354, de 15 de setembro de 1920, que criavam e regulamentavam o DNSP, responsabilizando o Estado brasileiro pela reorganização das políticas de saúde (BURITI, 1910).

São mudanças que repercutiram nas práticas de saúde, uma vez que rompeu com o modelo anterior que tinham como objetivos oferecer a população um serviço fragmentado, geralmente de acordo com as epidemias e endemias. O DNSP, visava centralizar e administrar os serviços de saúde pública em todo o território nacional, proporcionando um serviço mais contínuo.

IMAGEM 02: Hospital Oswaldo Cruz. Notável empreendimento do serviço da Prophylaxia Rural.



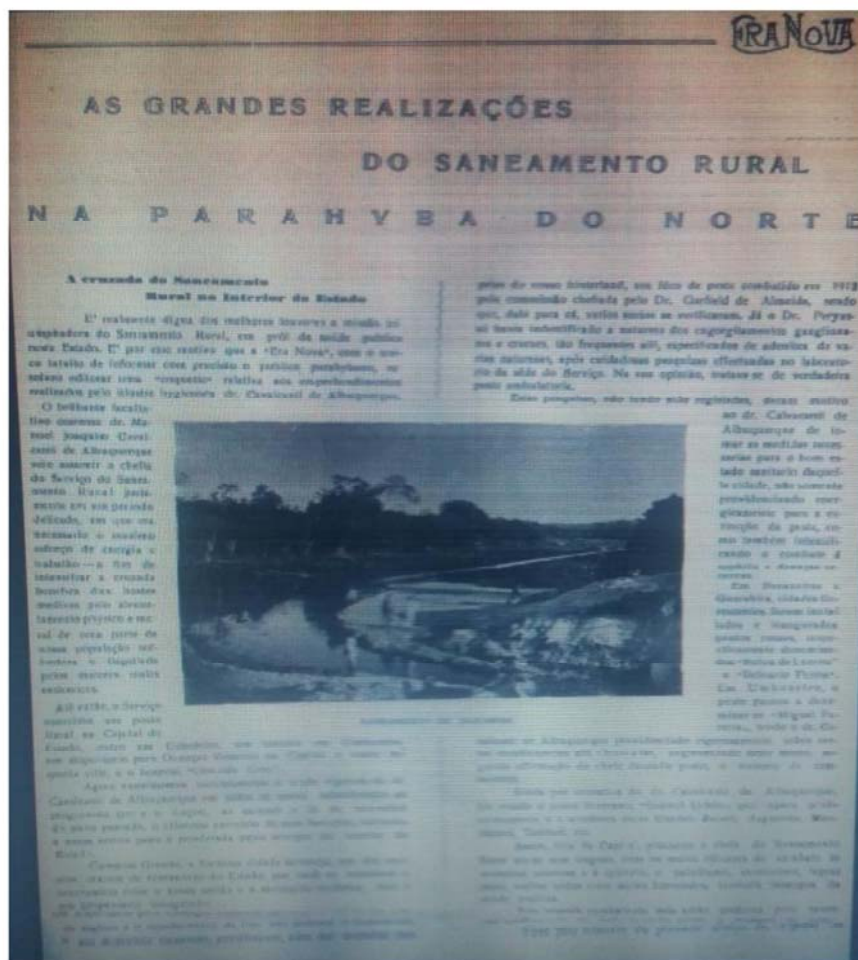
Fonte: Revista Era Nova, 01. Mai. 1922.

Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>.

Acesso em: 20. Fev. 2017.

Essas medidas ganhavam destaque nas mídias da época, sendo manchete de diversas revistas e jornais, que divulgavam as principais notícias referentes as medidas de prevenção as doenças que existiam também na zona rural. Esse movimento sanitarista e outros do mesmo aspecto, tinham como finalidade enfatizar o saneamento rural, criando um departamento especialmente para desenvolver ações voltadas para essa área. A *Revista Era Nova* (1924), traz como manchete o trabalho executado por esse departamento buscando melhorias em pró da saúde pública no estado combatendo as moléstias que tanto aterrorizavam a população.

IMAGEM 03: Matéria da Revista Era Nova sobre o saneamento rural



Fonte: Revista Era Nova, 01, jun, 1924.

Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo.html>.

Acesso em: 20. Mar. 2017.

O então presidente João Suassuna também relata em mensagem em 1925, que os recursos não davam conta das despesas da Repartição de Hygiene devido principalmente a gravidade de enfermidades que ocasionavam no estado como também a falta de infraestrutura e as medidas repressoras, indicando também as más condições da repartição.

Francamente, não fiz por este importante ramo de serviço publico o que desejava. Das minhas idéias e do meu entusiasmo pela hygiene é testemunho o que inclui a respeito nas declarações aos jornaes sobre plano administrativo.

Circunstancias ineluctaveis, porém, privaram-me de pôr em pratica o que sempre pensei e penso em relação á saúde publica das cidades e dos campos. Os recursos do Thesouro não comportavam mais despesas extraordinarias em beneficio da nossa Repartição de Hygiene e encontrei a Commissão de Prophylaxia e Saneamento Rural, instituída no Estado, de cooperação entre o seu govêrno e o da UNIÃO, desde a presidencia do dr. Epitacio Pessoa, em

lamentável situação de ineficácia e anarquia, como é de notório domínio (Mensagem de governo, JOÃO SUASSUNA, 1925, p. 61)⁵.

Apesar das reformas ocorridas nas políticas de saúde é possível perceber que a situação da saúde pública não caminhava bem e os serviços de higiene seguiam para uma situação cada vez mais lamentável de ineficácia. Sendo assim, a cidade da Parahyba do Norte começava a enfrentar novamente o grande aumento de doenças e em 1928 aumentou consideravelmente o número de medicações ministradas contra as mais diversas doenças, como syphilis, impaludismo, boubas, tuberculose, lepra, verminose, leishmaniose, tracoma e outras doenças venéreas (Mensagem de governo, JOÃO SUASSUNA, 1928).

Desta forma com a mudança de governo ocorria uma consequente mudança nas medidas de reforma sanitária. Como disse LENILDE SÁ (1999), “o poder mudava de mãos e, ao que parece, também o enfoque sanitário”. Assim, fica óbvio que existia toda uma questão política, envolvendo as oligarquias que se alternavam no poder naquela época, que de sobremaneira mudava os rumos das diretrizes dos primeiros projetos de higienismo implantados na primeira década do século XX.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi analisado é possível observar ao longo desse trabalho como ocorreu o Movimento Higienista na cidade da Parahyba do Norte entre o final do século XIX e o início do século XX, alterando os espaços urbanos e também a população. Apesar da cidade ser pequena, as elites e governantes clamavam por medidas sanitárias para apresentar um cenário moderno que já ganhava espaço no Rio de Janeiro e em outras cidades brasileiras seguindo o modelo europeu. O discurso de civilização, ordem e modernidade estava diretamente ligado a higiene e a saúde pública, pois, era impossível se tornar civilizados com a cidade em situações precárias e más condições de higiene que faziam aparecer inúmeras doenças que assolavam toda a população. A higiene, portanto, era entendida como o único meio para evitar esses problemas de insalubridade, maus hábitos e as epidemias.

Foi a partir desse desejo de modificar os cenários da cidade e transformar os hábitos da população que várias medidas foram sendo implementadas na cidade da

⁵Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>. Acesso em: 20. Mar. 2017.

Parahyba do Norte, buscando a ordem, a higiene e o embelezamento. O que se pode observar é que as elites e políticos não queriam apenas mudar os ares das cidades para uma modernização, mas, controlar a vida da população e seus hábitos, principalmente após a criação do Decreto 494 que organizava a Repartição de Hygiene Publica do Estado, não apenas no que diz respeito a controlar as moléstias, mas também vigiar, disciplinar e usar ações repressoras contra a população através da polícia sanitária que tinha o direito de invadir as casas para garantir a eficácia das medidas implementadas, utilizando até mesmo de força física em quem fosse contra a modernidade, a ordem e a civilização tão desejada pelas autoridades.

Vale considerar ainda que apesar dos investimentos e controle por parte das autoridades para manter a eficácia de tal serviço, ao longo dos anos, após, mudanças de governo, o trabalho executado por esse departamento foi se limitando e acabou mudando seu foco, e uma nova política surgiu com mais abrangência ligada DNSP, criada durante o governo de Epitácio Pessoa. Porém, apesar de maior eficácia não foi suficiente para controlar as doenças que assolavam a população. No entanto, é possível observar até hoje as mudanças nos espaços físicos da cidade que foram implementadas durante as primeiras décadas do século XX visando alcançar ideias de higienização e embelezamento, associados a busca da civilização e da modernidade.

ABSTRACT

The present work was based on messages from the Presidents of the Province, President of the State, the Collection of Acts of the Legislative and Executive Powers of Parahyba State, the Era Nova Magazine and the Official Correio Journal. Seeking to address the emergence of the hygienic ideology in Brazil and how this ideal came to the city of Parahyba do Norte in 1895 when the city was still in precarious situations at the end of the nineteenth century without running water, electricity, sewage and gathering which made the city of Parahyba do Norte, as well as many other cities in Brazil, face great endemics, epidemics and deaths due to bad hygiene conditions until the creation of the National Department of Public Health (DNSP), which took place in Brazil in 1919. Noting the sanitary hygiene discourse, the city arrived and marked significant changes in the daily life of the Parahyban population, especially after the implementation of Decree 494, which organized the Public Hygiene Office of the State, with actions of repression and surveillance by the sanitary police, who tried to order the population, preventing it from carrying out their daily habits. Such measures of repression and discipline of the population used the medical-hygienist discourse, justified by the fight against diseases, but the elites and politicians even wanted to discipline the bodies, seeking a civilized, clean and modern society.

Key-words: Hygiene; North Parahyba; Epidemics.

6. REFERENCIAS

AGRA, Giscard Farias. **A urbs doente medicada**: a higiene construindo Campina Grande,
In: XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – 2007.

AGUIAR, Wellington; OCTÁVIO, José. **Uma cidade de quatro séculos**. João Pessoa: A UNIÃO, 1985.

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma Cidade muitas tramas**: a cidade da Parahyba do norte e seus encontros com a modernidade (1880-1920). 2001, (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

ARAÚJO, Severino Laelson Salustiano de. **A Parahyba do norte e a construção de uma cidade moderna**.

Disponível em: www.dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/5009
Acesso em: 03. Fev. 2017.

BURITI, Iranilson. **Palmatória da Saúde, Estetoscópio da Educação**: leitura, circulação e recepção dos discursos médico-pedagógicos na Parahyba (1919-1945). Projeto de Pesquisa. CNPQ, p. 5, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: Cortiços e epidemias na Corte Imperial / Sidney Chalhoub. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2009.

MAIA, Doralice Sátyro. Ordem, higiene e embelezamento na cidade alta e na cidade baixa. A modernização da cidade da Parahyba – Brasil. **Revista Convergência Crítica**. 2012.

NASCIMENTO, Mayanne Maurício do. **A mais funesta das entidades**: O combate da Sífilis na cidade da Parahyba nas primeiras décadas do século XX.

Disponível em: www.dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/11737/1/PDF
Acesso em: 10. Fev. 2017.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti; SANTOS, Leonardo Querino dos. “**Só é sujo e doente quem quer (?)** Representações médicas na Paraíba do início do século XX”. *Revista de História Regional*. 130-148, 2015. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr>. Acesso em: 10. Fev. 2017.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti et al. “A ordem antes do progresso: o discurso médico – higienista e a educação dos corpos no Brasil do início do século XX”. **Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 9, n. 1, p.2-15, 2012.

PRIORI, Mary Del; AMANTINO, Marcia (Org.). **História do Corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RODRIGUEZ, Walfredo. **Roteiro sentimental de uma cidade. João Pessoa: A UNIÃO**, 1994.

SÁ, Lenilde Duarte. Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Higiene Pública, 1895 a 1918. Ribeirão Preto, 1999, 291 p. Tese (Doutorado em Enfermagem), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo.

SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael de. **A cidade no despertar da era higiênica**. A cidade da Parahyba e o movimento higienista (1854-1912). Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes>. Acesso em: 28. Fev. 2017.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República** / Nicolau Sevcenko. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. **Semana Médica: Eugenia e Educação Higiênica na Paraíba (1927)**. IV Simpósio de Nacional de História Cultural. 2012.

SOARES JÚNIOR, Azemar Santos; MENESES, Joedna Reis de. **MNEMOSINE REVISTA**. Programa de Pós-graduação em História/UFPA Vol. 6 – nº 2 Abr/Jun 2015. Campina Grande: PPGH, 2015.

SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos.

Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba (1912-1924). 2011, (Dissertação de Mestrado) –Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

Disponível em: <www.cchla.ufpb.br/ppgh/2011_mest_azemar_soaresjr.pdf>.

Acesso em: 28. Fev. 2017.

FONTES

Fontes citadas:

JORNALCORREIOOFFICIAL.Disponível em:<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>.

Acesso em: 20. Mar. 2017.

MENSAGEM DE GOVERNO. Disponível em:

<http://wwwapps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>.

Acesso em: 01 Mar. 2017.

REVISTA ERA NOVA. Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>.

Acesso em: 20. Fev. 2017.

Fontes Pesquisadas:

Biblioteca Nacional Digital.

Disponível em:<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>.

Acesso em: 05 Fev. 2017.

Jornais e folhetins literários na Paraíba no século XX.

Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo.html>>.

Acesso em: 20. Fev. 2017.

Provincial Presidential Reports.

Disponível em: <<http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/para%C3%ADba>>.

Acesso em: 01 Mar. 2017.